

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS**Legislação Atualizada e Síntese das Competências**

A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal criada por meio da Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, a tem por competência, conforme dispõe o art. 30 do mesmo dispositivo legal, programar e instituir a política de Preservação e Desenvolvimento da Ordem Urbanística do Distrito Federal por meio do exercício das atribuições legais inerentes aos servidores da carreira Auditoria de Atividades Urbanas e Fiscalização e Auditoria Fiscal de Resíduos.

A Lei 7.110, de 02 de abril de 2022, dispõe sobre as carreiras Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas do Governo do Distrito Federal e Auditoria de Atividades Urbanas do Governo do Distrito Federal, reajusta as tabelas de vencimento da carreira Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas e da outras providências e no seu art. 30 consubstancia a criação da área de especialização Resíduos Sólidos na carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, criada pela Lei nº 39, de 6 de setembro de 1989, e posteriores alterações, com as competências definidas nos arts. 10 e 11 da Lei nº 4.464, de 15 de janeiro de 2010.

O Decreto nº 39.895, de 13 de junho de 2019, dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL e alterado pelo Decreto nº 44.885, de 24 de agosto de 2023.

A Lei nº 6.302, de 16 de maio de 2019, dispõe sobre a extinção da Agência de Fiscalização do Distrito Federal e a criação da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - OF Legal. No seu Art. 3º Compete a DF Legal programar e instituir a política de Preservação e Desenvolvimento da Ordem Urbanística do Distrito Federal por meio do exercício das atribuições legais inerentes aos servidores da carreira Auditoria de Atividades Urbanas e Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas lotados na Secretaria.

A Portaria nº 100, de 22 de novembro de 2024, Altera o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, publicado na página 30 do DODF, nº 228, de 07 de dezembro de 2023. No seu art. 5º dispõe sobre as seguintes competências de programar e instituir a Política de Preservação e Desenvolvimento da Ordem Urbanística do Distrito Federal, por meio do exercício das atribuições legais inerentes aos servidores da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas lotados na Secretaria.

O Decreto nº 46.455, de 25 de outubro de 2024, dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, e dá outras providências. O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII, X e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o artigo 3º, incisos I e II, da Lei nº 2.299, de 21 de janeiro de 1999, a Lei nº 6.525, de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 40.610, de 08 de abril de 2020, e nos termos do Processo SEI-GDF 04017- 00005223/2023-11, DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal.

ANEXO II UNIDADES ADMINISTRATIVAS, CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, PÚBLICOS E EM COMISSÃO (Art. 3º, do Decreto nº 46.455, de 25 de outubro de 2024), fica criada a SECRETARIA EXECUTIVA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, ATENDIMENTO AO CIDADÃO E CONSELHOS DE SEGURANÇA E DE CONTRAINFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA.

Portaria nº 7 de 15/01/2024 que dispõe sobre a manutenção da Força-Tarefa para o monitoramento e fiscalização de obras e edificações sem o devido licenciamento, parcelamentos do solo e ocupações irregulares no Setor Habitacional Vicente Pires - DF.

Portaria nº 11 de 22/01/2024 que dispõe sobre a criação de Força-Tarefa, no âmbito da DF LEGAL, para prevenção, controle e combate à dengue.

Portaria nº 21 de 29/02/2024 que dispõe sobre as ações de zeladorias urbanas.

Portaria nº 37 de 04/06/2020 que dispõe sobre a apreensão, remoção, custos dos meios utilizados, custódia e destinação de bens, equipamentos e mercadorias apreendidas.

Portaria nº 82 de 26/09/2024 que altera a Portaria nº 37, de 04 de junho de 2020, publicada no DODF nº 108, de 09 de junho de 2020.

Portaria nº 91 de 22/10/2024 que disciplina os Procedimentos Fiscais relativos aos atos e sanções administrativas praticados ou aplicados no âmbito da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal.

Seguem os quadros demonstrativos de empregados terceirizados que atuam na DF Legal.

Empregados Terceirizados da Empresa INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - IBRAPP:

CATEGORIA	QUANTIDADE
Encarregado Geral 44 horas	01
Supervisor de Equipe 44 horas	05
Supervisor de Equipe 12X36 Diurno	08
Supervisor de Equipe 12X36 Noturno	02
Atendente 44 horas	44
Ajudante Geral 44 horas	20
Ajudante Geral 12X36 Diurno	112
Ajudante Geral 12X36 Noturno	22
Serralheiro 44 horas	2
Serralheiro 12X36 Diurno	4
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos 44 horas	5
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos 12X36 Diurno	4
Assistente Administrativo 44 horas	128
Assistente Operacional 44 horas	70

Auxiliar de Jardinagem 44 horas	1
Recepcionista 44 horas	2
TOTAL	430

Empregados Terceirizados da Empresa LIDERANÇA:

CATEGORIA	QUANTIDADE
Supervisor Geral de Transporte	01
Encarregado de Transporte Diurno 12x36	02
Encarregado de Transporte Noturno 12x36	02
Motorista Executivo - CNH Categoria "D"	19
Motorista executivo - CNH Categoria "E", para veículos pesados com periculosidade	02
Motorista executivo CNH Categoria "D" diurno 12x36	36
Motorista executivo CNH Categoria "D" noturno 12x36	26
Operador de trator de esteira, CNH Categoria "D", ser habilitado para operar retro escavadeira e pá carregadeira	02
TOTAL	90

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	32	40	95	276	433
Comissionados sem vínculo efetivo	61	0	0	0	61
Requisitados de órgãos do GDF	17	4	2	0	23
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	5	0	5
Menor Aprendiz/Projeto Jovem Candango	0	0	1	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	0	0
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	110	44	103	276	533
(-) Cedidos para outros órgãos	1	32	1	12	46
Total Geral	109	12	102	264	487

A Força de Trabalho, conforme dispõe o quadro acima, retrata a realidade da Secretaria em relação a insuficiência de servidores, nas áreas meio e fim. Diante desse exposto, justifica-se a necessidade de ampliar o quantitativo de servidores, Auditores Fiscais e servidores Administrativos.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	25478,0	175478,00	109191,19	109191,19
0024 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	25478,0	175478,00	109191,19	109191,19
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO	12000000,0	8343450,00	8256346,35	8256346,35
0118 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	12000000,0	8343450,00	8256346,35	8256346,35
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL	2000000,0	611000,00	611000,00	611000,00
0087 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DE PESSOAL-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	2000000,0	611000,00	611000,00	611000,00
9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12021557,0	12985076,0	12796226,44	12706226,44
0035 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES--DISTRITO FEDERAL	12021557,0	12985076,0	12796226,44	12706226,44
9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO	15000000,0	0,00	0	0
0056 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO--DISTRITO FEDERAL	15000000,0	0,00	0	0
TOTAL - 0001 - PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	41047035,00	22115004,00	21772763,98	21682763,98

Nos subtítulos destinados ao pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios a servidores, Conversão de Licença Prêmio em Pecúnia e Ressarcimentos, Indenizações e Restituições de pessoal, quais sejam: Administração de Pessoal; Concessão de Benefícios a Servidores; Ressarcimentos, Indenizações e Restituições; Outros Ressarcimentos, Indenizações e Restituições e Conversão de Licença Prêmio, consumiram recursos orçamentários na ordem de R\$ 197.773.031,86 (cento e noventa e sete milhões, setecentos e setenta e três mil trinta e um reais e oitenta e seis centavos).

Programação Orçamentária Realizada

- 9001 - EXECUÇÃO DE SENTENAS JUDICIAIS - Despesa realizada.
- 9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR INATIVO - Despesa realizada.
- 9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 08 PESSOAL - Despesa realizada.
- 9093 - OUTROS RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - Despesa realizada.
- 9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO - Despesa realizada.

Programação Orçamentária Não Realizadas

- 9127 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR ATIVO: Não houve autorização de acordo com regulamentação para pagamento da licença aos servidores ativos.
- 0056 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA - SERVIDOR - DISTRITO FEDERAL: Não houve autorização de acordo com regulamentação para o pagamento de licença para servidores ativos.

6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	50000,0	50000,0	0	0
0058 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	50000,0	50000,0	0	0
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	42000,0	42000,0	0	0
0077 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	42000,0	42000,0	0	0
1564 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	10000,0	10000,0	0	0
0007 - REFORMA DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-CIDADES ESTRATÉGICAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO	10000,0	10000,0	0	0
0002 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
3045 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO	10000,0	10000,0	0	0
0002 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO-CIDADES ESTRATÉGICAS DO DISTRITO FEDERAL-DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
3053 - EDUCAÇÃO URBANA	20000,0	20000,0	0	0
0001 - EDUCAÇÃO URBANA-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	20000,0	20000,0	0	0
TOTAL - 6208 - TERRITÓRIO, CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	142000,00	142000,00	0,00	0,00

1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DA INFORMAÇÃO -Valor liberado foi insuficiente para execução das demandas.

2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - Valor liberado foi insuficiente execução das demandas.

1564 - REFORMA 06 UNIDADE DE ATENDIMENTO - Valor liberado foi insuficiente para execução das demandas.

RAM

[Assinatura]

2630 - FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO , MONITORAMENTO E CONTROLE DO TERRITÓRIO - Valor liberado foi insuficiente para execução das demandas.

3045 - IMPLANTACÃO DE UNIDADE DE ATENDIMENTO - Valor liberado foi insuficiente para execução das demandas.

3053 - EDUCAÇÃO URBANA - Valor liberado foi insuficiente para execução das demandas.

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Indicador	Unidade	Índice mais recente	Apurado	Período	Desej 1º Ano	Alcanç 1º Ano	Desej 2º Ano	Alcanç 2º Ano	Desej 3º Ano	Alcanç 3º Ano	Desej 4º Ano	Alcanç 4º Ano	Fonte
10606 - ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES OPERACIONAIS	METRO QUADRADO		01/01/2001	Mensal	100,00	6325708,00		X		X		X	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIMOVUNIDADE DE CONTROLE DE RESULTADOS - UCR
Justificativa: 2024 - Foram realizadas 873 operações fiscais, onde foram desobstruídos 6.325.708 m2 de áreas ocupadas irregularmente, atingindo 97% do território do DF.													
10608 - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES FISCAIS EM ATIVIDADES ECONÔMICAS	UNIDADE		01/01/2001	Diário	100,00	20565,00		X		X		X	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIMOVUNIDADE DE CONTROLE DE RESULTADOS - UCR
Justificativa: 2024 - Foram realizadas 20.565 ações fiscais de atividades econômicas em todo o território do DF.													
10609 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE LOCAIS DE DESCARTE IRREGULAR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E VOLUMOSOS	METRO QUADRADO		01/01/2001	Diário	100,00	123800000,		X		X		X	UNIDADE DE CONTROLE DE RESULTADOS - UCRDIRETORIA DE PLANEJAMENTO - DIMOV
Justificativa: 2024 - Em 2024, foram coletados 123.800.000 metros quadrados de resíduos da construção civil.													

8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	190619867,0	193569867,00	192927761,34	191960701,11
0089 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	190619867,0	193569867,00	192927761,34	191960701,11
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	5257280,0	4871077,00	4404875,64	4386875,64
0076 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	5257280,0	4871077,00	4404875,64	4386875,64
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	41964769,0	39434241,00	38354876,44	31637505,47
0125 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-DF LEGAL-DISTRITO FEDERAL	41964769,0	39434241,00	38354876,44	31637505,47
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	10000,0	10000,0	0	0

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0063 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS--DISTRITO FEDERAL	10000,0	10000,0	0	0
TOTAL - 8208 - DESENVOLVIMENTO URBANO - GESTÃO E MANUTENÇÃO	237851916,00	237885185,00	235687513,42	227985082,22

Em relação ao subtítulo de Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais, tem seus recursos destinados a suprir as necessidades administrativas gerais da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, tais como aquisição de materiais de consumo, despesas com os contratos de manutenção da pasta, dentre outros serviços, movimentou-se neste subtítulo o equivalente a R\$ 31.240.388,76 (trinta e um milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos).

Quanto às despesas de natureza continuada, foram mantidos os contratos indispensáveis à manutenção das unidades da DF Legal, considerados como aqueles que a indisponibilidade afetaria os trabalhos desenvolvidos pela pasta. Além dos contratos já existentes, que tiveram a vigência prorrogada e foram realizadas novas contratações.

8502 - Administração de Pessoal: Despesa Liquidada.

0089 - Administração de Pessoal: Despesa Liquidada.

8504 - Concessão de Benefícios a Servidores: Despesa Liquidada.

0076 - Concessão de Benefícios a Servidores DF- Legal - Distrito Federal - Trata -se da concessão de benefício e o valor liquidado foi conforme despesas da folha de pagamento.

8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais - O montante não liquidado encontra-se no resto a pagar não processado.

0125 - Manutenção do Serviços Administrativos Gerais - O montante não liquidado encontra-se no resto a pagar não processado. Programação Orçamentária não executada.

2396 - Conservação das Estruturas Físicas das Edificações Públicas - Não houve despesas para pagamento.

0063 - Conservação das Estruturas Físicas das Edificações Públicas - Não houve despesas para pagamento.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Realizações extraordinárias.

1. DEMANDAS RECEBIDAS POR MEIO DE OUVIDORIA

1.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS REALIZAÇÕES

Total de manifestações de Ouvidoria cadastradas no Sistema OUV-DF e direcionadas para a DF Legal por mês (comparativo anual):

MÊS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Janeiro	1837	1827	2313	1825	1637	2526
Fevereiro	1694	1705	2150	1848	1492	2155
Março	1710	5291	4581	1984	1903	2273
Abril	2100	4552	2269	1742	1658	2219
Maio	1959	4049	1884	1637	2125	2167
Junho	1461	3612	1734	1644	1973	2094
Julho	2030	3470	1707	1518	2073	2317
Agosto	1838	2901	1895	1725	2523	2289
Setembro	1875	2721	1914	1504	1900	2240
Outubro	2027	2116	1754	1581	2131	2241
Novembro	1700	2470	1486	1506	1791	1796
Dezembro	1411	2502	1600	1304	647	818*
TOTAL	21642	37216	25287	19818	21853	25135*
Variação anual		(+) 71%	(-) 32%	(-) 21%	(+) 10%	(+) 15%*

Fonte: Sistema Participa - DF

* Dados extraídos em 13/12/2024

1.2 Quantidade por tipo de manifestações de Ouvidoria em 2024:

Ano	Reclamação	Solicitação	Informação	Sugestões	Elogio	Denúncia	TOTAL
2019	16137	4925	434	88	30	28	21642
2020	34000	2910	169	79	38	20	37216
2021	22382	2545	150	36	57	20	25190
2022	16415	3200	127	35	28	13	19818

DM

DF

2023	20025	1566	67	11	150	34	21853
2024*	23308	1604	70	9	103	41	25135*

Fonte: Sistema Participa - DF

* Dados extraídos em 13/12/2024

1.3 Quantidade de Pedidos de Informação – E-SIC, direcionados à DF Legal (Lei de Acesso à Informação - LAI) - comparativo anual:

MÊS	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Janeiro	23	13	21	43	38	119
Fevereiro	5	24	30	33	43	106
Março	19	15	33	47	45	165
Abril	26	10	27	41	61	145
Maio	25	16	35	52	73	140
Junho	15	16	27	53	62	151
Julho	10	19	41	62	82	149
Agosto	20	27	31	30	81	182
Setembro	26	33	33	26	88	158
Outubro	13	22	35	27	108	157
Novembro	13	22	23	20	133	122
Dezembro	11	19	15	52	31	52*
TOTAL	206	236	351	486	845	1646*
Varição anual		(+) 14%	(+) 48%	(+) 38%	(+) 73%	(+) 94%*

Fonte: Sistema Participa - DF

* Dados extraídos em 13/12/2024

1.4 Quantidade de manifestações recebidas no Sistema OUV destinadas à DF Legal e quantidade de manifestações triadas e solucionadas pela Ouvidoria da DF Legal:

Ano	Total de manifestações recebidas no Sistema OUV/DF destinadas à DF LEGAL	Total de manifestações cadastradas no SISAF após triagem para realização de ação fiscal	% de redução
2019	21642	18371	25
2020	37216	20596	44
2021	25287	17425	24
2022	19818	15208	18
2023	21854	13572	37
2024*	24060	19437	19

Fonte: Sistema Participa - DF e Sistema de Ações Fiscais (Sisaf) da DF Legal

* Dados extraídos em 02/12/2024 referentes aos meses de janeiro a novembro de 2024

1.5 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Realizar a triagem das manifestações oriundas do Sistema Informatizado de Ouvidoria e a correção de fluxo, devidamente fundamentada, quando necessária.
- Cadastrar e localizar em mapa, no sistema informatizado em uso na Secretaria, as demandas provenientes das manifestações do Sistema ParticipaDF e tramitar ao setor responsável pela demanda.
- Vincular as demandas de mesmo teor e local semelhante no sistema informatizado em uso na Secretaria.
- Acompanhar o tratamento das manifestações recebidas pelo Sistema Informatizado de Ouvidoria, e cobrar o cumprimento dos prazos legais.
- Promover as respostas ao cidadão - preliminares, definitivas e complementares - por meio do Sistema Informatizado de Ouvidoria, avaliando a efetividade e a qualidade destas respostas encaminhadas pelos setores, propondo melhorias por meio de relatórios e reuniões gerenciais.
- Prestar informações ao usuário por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC, em conformidade com a Lei de Acesso a Informação - LAI.
- Restituir a demanda às Subsecretarias para complementação ou qualificação da informação quando da falha na apreciação da demanda.
- Realizar acompanhamento especial dos casos que possuem grande número de registros no Sistema Informatizado de Ouvidoria.
- Propor as medidas necessárias para o aprimoramento, racionalização e eficácia das atividades de ouvidoria no ambiente da DF Legal.
- Realizar a triagem dos elogios ou sugestões oriundas do Sistema Informatizado de Ouvidoria e dar ciência ao setor pertinente.
- Realizar diligências e vistorias externas para coleta de informações complementares ao atendimento das manifestações de ouvidorias.
- Encaminhar aos gestores do órgão informações gerenciais que possibilitam avaliar o grau de satisfação dos cidadãos com as respostas às demandas de ouvidoria (índice de resolutividade).
- Promoção de reuniões para melhorar a qualidade das respostas encaminhadas pelos setores e para melhorar o prazo de resposta.
- Realização de atendimento prévio das manifestações, que corresponde ao contato com o cidadão após o registro de sua manifestação, para melhor entender a sua reclamação e orientá-lo, caso não seja possível o atendimento de sua demanda.
- Realização de trabalho de análise da pesquisa de satisfação, analisando todas as respostas avaliadas negativamente para entender a insatisfação do cidadão.

2. APOSSORIA JURÍDICA LEGISLATIVA:

2.1 A Assessoria Jurídica Legislativa, enquanto unidade orgânica de assessoramento diretamente subordinada ao Secretário da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, é investida de competências estratégicas para garantir a conformidade e efetividade das ações legais da pasta. Destacam-se as seguintes responsabilidades delineadas pelo regimento interno:

I – Assessoramento ao Secretário: A AJL assume o papel fundamental de assessorar juridicamente o Secretário de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, proporcionando orientação legal estratégica.

II – Exame Prévio de Atos Normativos: Responsável por realizar o exame prévio de atos normativos, termos, contratos, convênios e similares, a AJL atua em sinergia com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, sem prejuízo de sua competência privativa para consultoria jurídica no âmbito do Distrito Federal.

III – Estudo, Orientação e Análise: A unidade conduz estudos, orientações e análises, expressas por despachos, notas técnicas, manifestações e informações, sobre assuntos de interesse da Secretaria, evidenciando sua participação ativa na dinâmica legal do órgão.

IV – Solicitação à PGDF: Compete à AJL solicitar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal arquivos e relatórios atualizados contendo o controle das decisões jurídicas nas ações e processos de interesse da DF Legal.

V – Prestação de Informações e Subsídios: A unidade está incumbida de prestar informações e fornecer subsídios para o cumprimento de decisões e orientações emanadas do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procuradoria-Geral do Distrito Federal e demais órgãos com competência decisória ou de controle.

VI – Outras Atividades e Competências: A AJL exerce outras atividades que lhe forem atribuídas em sua área de atuação, respeitando a competência privativa da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Os parágrafos 1º e 2º estabelecem exceções específicas quanto à análise jurídica de pareceres normativos ou referenciais. Caso o Governador do Distrito Federal conceda efeito normativo a parecer da PGDF ou referencial aprovado pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, a AJL deverá expressar dúvidas jurídicas quanto ao cumprimento das recomendações. Tais dúvidas podem ser encaminhadas para análise da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, incluindo dúvidas específicas não abordadas no opinativo, promovendo uma abordagem legal abrangente e esclarecedora.

2.2 Desse modo, a atuação da AJL na gestão das demandas judiciais vinculadas à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF-LEGAL é evidenciada pela integração eficiente com a PGDF e demais unidades da DF Legal. Além da esfera judicial, a assessoria se destaca ao prestar assessoria direta ao Secretário e às unidades internas, participando ativamente em operações de desobstrução. O processo de recepção de oficiais de justiça é operacionalizado de maneira eficaz pela AJL, integrando os mandados ao sistema SEI/GDF e encaminhando-os aos setores pertinentes. O sistema SEI/GDF é a plataforma que viabiliza a eficácia na condução das atividades jurídicas, abrangendo desde as demandas judiciais originadas da PGDF até os encaminhamentos diretos provenientes do poder judiciário, seja por mandado ou ofícios judiciais. As manifestações da AJL em processos administrativos, expressas por despachos, notas técnicas e opinativos jurídicos, constituem uma parte essencial e transparente desse processo, destacando a eficiência e a integridade dessa relevante unidade.

2.3 REALIZAÇÕES DO SETOR:

Fluxo Mensal de Processos
Janeiro: A AJL recebeu 199 processos, demonstrando uma demanda considerável no início do ano. A execução de 187 processos reflete uma eficiente gestão, mantendo uma média de 94,7% de conclusão. A permanência de 12 processos em aberto indica a necessidade de atenção a determinados casos específicos.
Fevereiro: O volume de processos subiu, com 226 recebidos. A execução de 219 processos evidencia um desempenho consistente, embora a taxa de conclusão tenha registrado uma queda para 93,9%. A presença de 7 processos em aberto sugere uma possível necessidade de revisão nas estratégias de gestão.
Março: Observou-se um aumento significativo no recebimento de processos, atingindo 250. A execução de 239 processos representa uma resposta ágil à crescente demanda, mantendo uma taxa de conclusão de 95,6%. O aumento para 11 processos em aberto indica a necessidade de avaliação para manter a eficiência operacional.
Abril: A AJL enfrentou 232 novos processos, mantendo uma carga substancial. A execução de 230 processos, juntamente com uma taxa de conclusão de 99,14%, destaca a resiliência da equipe. A manutenção de 2 processos em aberto requer uma avaliação criteriosa dos casos pendentes.
Mai: A entrada de 247 processos reforça a dinâmica desafiadora. Com a execução de 241 processos, a AJL manteve um desempenho consistente, com uma taxa de conclusão média de 97,57%. A presença de 6 processos em aberto sugere a necessidade de estratégias específicas para gerenciamento.

<p>Junho:</p> <p>A recepção de 233 processos indica uma redução no volume, permitindo uma abordagem mais detalhada.</p> <p>Processos executados: 230</p> <p>A conclusão de 98,71% dos processos, com apenas 3 em aberto, destaca uma gestão eficaz e resolutiva.</p>
<p>Julho:</p> <p>A AJL manteve uma operação ágil, recebendo 262 processos.</p> <p>Processos executados: 258</p> <p>A taxa de conclusão de 98,47%, com apenas 4 processos em aberto, reflete um desempenho excepcional.</p>
<p>Agosto:</p> <p>O recebimento de 235 processos representa uma média constante de processos mensais.</p> <p>Com 231 processos executados, a taxa de conclusão permanece alta em 98,3%.</p> <p>A presença de 4 processos em aberto indica uma gestão eficiente, mas requer atenção com os prazos.</p>
<p>Setembro:</p> <p>O mês registrou 251 processos recebidos, mantendo uma carga considerável.</p> <p>A execução de 248 processos, com uma taxa de conclusão de 98,8%, ressalta a consistência operacional.</p> <p>A presença de 3 processos em aberto exige uma análise mais detalhada das causas.</p>
<p>Outubro:</p> <p>A entrada de 267 processos indica uma estabilização da demanda.</p> <p>Processos executados: 264</p> <p>A taxa de conclusão de 98,88%, com 3 processos em aberto, destaca uma gestão eficiente.</p>
<p>Novembro:</p> <p>O mês apresentou uma redução no volume, recebendo 198 processos.</p> <p>A execução de 191 processos, com 7 em aberto, manteve uma alta taxa de conclusão de 96,46%.</p>
<p>Dezembro:</p> <p>Neste mês, até a data do dia 05, foram recebidos 57 processos e foram executados 46 processos, ficando abertos apenas 11, com a porcentagem de 80,7%.</p> <p>Vale ressaltar que, por ser início do mês, as demandas não foram findadas, motivo este que a taxa percentual ter ficado abaixo dos 90%.</p>
<p>Total Anual de Processos:</p> <p>O acumulado de janeiro a dezembro de 2024 totalizou 2.657 processos.</p>

2.4 ANÁLISE QUALITATIVA:

A análise detalhada dos meses revela uma gestão adaptativa da AJL diante de uma variabilidade considerável na demanda. A equipe demonstrou uma notável capacidade de lidar com volumes significativos, mantendo taxas de conclusão elevadas na maioria dos meses. A presença de processos em aberto destaca áreas que podem necessitar de maior atenção e estratégias específicas. A transparência na referência ao documento SEI/GDF fortalece a integridade dos dados, evidenciando uma abordagem criteriosa e responsável na prestação de contas. Este relatório fornece uma base sólida para a contínua otimização dos processos e o aprimoramento contínuo da eficiência operacional da AJL.

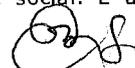
Ao longo dos meses de janeiro a dezembro de 2024, a Assessoria Jurídica Legislativa (AJL) demonstrou um desempenho notável, destacando-se por sua capacidade excepcional de gestão e resolução de demandas. Abaixo, apresentamos os principais destaques que atestam o sucesso e a eficiência da AJL:

Perspectivas para Otimização Contínua:

- A AJL tem uma base sólida para a otimização contínua de processos, aproveitando os aprendizados e êxitos do período analisado.
- A estratégia de abordagem aos processos em aberto deve ser aprimorada, mantendo-se o foco na eficiência.

3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

3.1 A Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) divulga as informações de interesse público para a construção de uma comunicação pública e eficaz, pautada na atuação social e democrática. Seus eixos de atuação estão focados na transparência, celeridade, presteza e, sobretudo, no interesse social. É a unidade responsável pela

comunicação interna e institucional do DF Legal, produzindo informações e notícias relacionadas à Secretaria.

3.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

- Assistência à Secretaria nos assuntos e atividades de comunicação social interna e externa; Assessoramento ao Secretário de Estado, Secretário Executivo e Subsecretários em coletivas de imprensa, entrevistas, apurações externas e demais atividades relacionadas a comunicação social; Assessoramento às unidades orgânicas da DF Legal nos assuntos de comunicação social; Promoção da comunicação interna e institucional da DF Legal; Produção de imagens e materiais jornalísticos; Divulgação interna de matérias relativas à atuação e de interesse da DF Legal, veiculadas pelos meios de comunicação; Elaboração de notas oficiais, artigos e esclarecimentos públicos relacionados à atuação da DF Legal;
- Auxílio na elaboração e na atualização da Carta de Serviço ao Cidadão; Coordenação do portal eletrônico e de outros meios de comunicação eletrônica da DF Legal; Realização de trabalhos relativos a produção de material informativo, publicitário, gráfico-visual, audiovisual, de editoração e de divulgação, em apoio às ações da DF Legal; Articulação com os órgãos centrais de comunicação do Governo do Distrito Federal sobre trabalhos relativos a produção de material informativo, publicitário e de divulgação em apoio às ações da DF Legal; Planejamento de procedimentos de apresentação de eventos e de cerimonial da DF Legal; Acompanhamento de ações fiscais em campo no que concerne as atribuições específicas; Divulgação de eventos de natureza institucional de interesse da DF Legal; Elaboração de relatório de atividades relacionados à sua área de competência.

3.3 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS REALIZAÇÕES:

Mês	Quantidade
Janeiro	28
Fevereiro	32
Março	36
Abril	28
Mai	50
Junho	38
Julho	33
Agosto	35
Setembro	61
Outubro	32
Novembro	47
Total	420

Observações: Informações retiradas do Painel de Resultados "Demandas à DF Legal dos Veículos de Imprensa" / UCR - Consulta realizada em 02/12/2024.

Total parcial: 01 de janeiro de 2024 a 29 de novembro de 2024.

* Dados até 29 de novembro de 2024.

4. ATENDIMENTO AO CIDADÃO

4.1 NÚCLEOS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - NUACI'S

São 18 NUACI'S / Núcleos de Atendimento ao Cidadão, e uma (01) unidade de Peticionamento Eletrônico, unidades orgânicas de execução, responsável pela protocolização de diversos documentos, diretamente subordinadas à Diretoria de Atendimento ao Cidadão, compete: prestar ao cidadão informações relativas às atividades realizadas no âmbito da DF Legal; executar as revisões, de baixa complexidade, referente ao lançamento de taxas, preços públicos, parcelamento, alterações de endereço e de metragem e encerramento de atividade econômica ou de conclusão de obras, mediante a apresentação de documentação comprobatória; executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação.

4.2 Segue quadro demonstrativo dos núcleos de atendimento:

Nº	NUACI'S - CIDADE	INAUGURAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
01	PLANO PILOTO	Existente em 2019	Aberta
02	CEILÂNDIA	21/11/2019	Aberta
03	GAMA	Existente em 2019	Aberta
04	LAGO NORTE	19/11/2019	Aberta
05	LAGO SUL	12/12/2019	Aberta
06	PLANALTINA	03/12/2019	Aberta
07	SIA/SEDE	Existente em 2019	Aberta
08	SOBRADINHO	Existente em 2019	Aberta
09	TAGUATINGA	Existente em 2019	Fechada temporariamente
10	SAMAMBAIA	14/02/2020	Aberta
11	SANTA MARIA	03/03/2021	Aberta
12	RIACHO FUNDO I	04/10/2021	Aberta
13	RECANTO DAS EMAS	14/10/2021	Aberta
14	JARDIM BOTÂNICO	22/02/2021	Fechada temporariamente
15	SIMPLIFICA DF/TAG.	Encerrado em 09/07/2021	
16	PARANOÁ	31/07/2023	Aberta
17	BRAZLÂNDIA	09/08/2023	Aberta
18	ARAPOANGA	18/08/2023	Aberta
19	CRUZEIRO	14/11/2023	Aberta
20	PETICIONAMENTO ELETRÔNICO	05/10/2023	Ativo
21	PARK WAY	10/12/2024	Ativo

4.3 Quantidade de Expedientes Recebidos, Processo SEI no Protocolo 2024:

EM

DF

Atividades	2024
Expedientes recebidos no balcão (Sede DF Legal)	1.096
Expedientes recebidos via postal	105
Correspondências postadas (com aviso de recebimento -AR's)	1.088
Correspondências postadas (Cartas Simples)	337.786
Processos Gerados	18.913
Processos Tramitados	21.540
Processos físicos convertidos p/ o SEI	35

4.4 Quantidade mensal de demandas recebidas em 2024 (Lançamentos de Taxas, Parcelamentos, Recursos, Nada Consta, Impressão de Boletos, Acesso Externo ao SEI, Atendimentos Diversos) por NUACI's abertas em 2024, até o dia 16/12/2024:

NUACI'S	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Arapoanga	25	13	31	55	48	69	41	36	26	15	10	15	384
Plano Piloto	1.020	652	584	1.077	2.430	1.306	1.691	1.342	1.288	1.111	558	123	13.182
Brazlândia	355	322	278	292	330	319	332	364	309	355	227	39	3.522
Ceilândia	1.714	934	833	1.055	1.641	2.193	1.356	1.087	1.157	889	766	142	13.767
Cruzeiro	18	16	21	12	24	37	32	15	13	15	19	10	232
Gama	1.571	453	399	430	599	616	520	587	428	563	223	51	6.440
L. Norte	61	68	58	66	69	100	235	102	58	62	64	48	991
Lago Sul	215	115	162	173	460	105	164	564	65	116	125	97	2.361
Paranoá	83	69	62	56	110	107	82	144	117	102	182	14	1.128
Planaltina	712	674	340	518	728	355	948	583	597	777	328	68	6.628
Sta Maria	162	97	81	97	277	107	69	231	284	167	91	26	1.689
Samambaia	447	288	310	320	531	443	391	473	368	455	282	50	4.358
SIA/SEDE	2.924	1.957	1.936	2.404	4.232	2.997	2.779	2.987	2.530	2.259	1.671	373	29.049
Sobradinho	577	380	423	384	606	427	738	528	365	323	242	49	5.042
Taguatinga	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Fechado
R.Fundo I	179	70	141	87	122	97	148	215	250	165	97	47	1.618
Rec.Emas	383	162	155	226	357	306	542	667	707	460	356	82	4.403
Peticionamento Eletrônico	541	464	423	286	4.153	2.403	1.769	2.666	1.649	1.435	871	203	16.863
Park Way	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	02	02
TOTAL	10.987	6.734	6.237	7.538	16.717	11.987	11.837	12.591	10.211	9.269	6.112	1.439	111.659

¹ Informações retiradas do Painel de Resultados PowBi "Atendimento ao Cidadão" / UCR até o dia 16/12/2024

² Os Núcleos:

Lago Norte e Lago Sul, dos meses de outubro a dezembro, as informações foram retiradas dos documentos físicos até o dia 16/12/2024;

Arapoanga, os meses de janeiro a dezembro, as informações foram retiradas dos documentos físicos, até o dia 16/12/2024;

Cruzeiro, os meses de fevereiro a outubro e dezembro, as informações foram retiradas dos documentos físicos, até o dia 16/12/2024;

Santa Maria, o mês de dezembro, as informações foram retiradas dos documentos físicos, até o dia 16/12/2024.

³ Total parcial: janeiro a dezembro de 2024 (conforme data de inauguração/encerramento dos Núcleos).

4.5 Quantidade mensal de demandas recebidas nos NUACIS (comparativo anual) 2024, até o dia 16/12/2024:

Mês	2024
Janeiro ¹	10.987
Fevereiro ¹	6.734
Março ¹	6.237
Abril ¹	7.538
Maio ¹	16.717
Junho ¹	11.987
Julho ¹	11.837
Agosto ¹	12.591
Setembro ¹	10.202
Outubro ¹	9.269
Novembro ¹	6.112
Dezembro ¹	1.439
TOTAL	111.650

¹ Informações retiradas do Painel de Resultados "Atendimento ao Cidadão" / UCR, até o dia 16/12/2024

² Total parcial: janeiro a dezembro de 2024 (conforme data de inauguração/ encerramento dos Núcleos).

4.6 Quantidade de ligações pelo Telefone S.I.A. - Sede/ DF Legal (3961-5126) para informações gerais, conforme atribuição regimental (comparativo anual) 2024, até dia 16/12/2024:

Mês	2024
Janeiro	1.241
Fevereiro	931
Março	934
Abril	1.115
Maio	1.579
Junho	1.204
Julho	1.375

Agosto	1.442
Setembro	849
Outubro	866
Novembro	570
Dezembro	270 até 16/12/2024
TOTAL	12.376

5. FISCALIZAÇÃO DE RESÍDUOS:

5.1 A gestão ambiental e urbana no Distrito Federal enfrenta desafios complexos, que exigem ações fiscalizatórias estruturadas e contínuas para garantir o cumprimento das normas legais e a preservação da qualidade de vida da população. Em 2024, as ações fiscais foram implantadas e intensificadas em todas as regiões administrativas, sendo executadas conforme as demandas surgiam, com o objetivo de tornar o trabalho mais eficaz e produtivo. Essa estratégia trouxe resultados significativos para a Secretaria DF LEGAL, refletidos em números expressivos que demonstram a eficiência dessas iniciativas.

5.2 Dentre as atividades realizadas, destacam-se o atendimento eficaz e o prazo previsto para as demandas externas registradas por meio das Ouvidorias, a fiscalização do descarte irregular de resíduos volumosos e inservíveis da construção civil (RCC) em áreas públicas, e a intensificação do controle sobre faixas de propaganda não autorizada, reverte preservar a estética urbana e normatizar a instalação de meios publicitários. Além disso, destacam-se ações como a desobstrução de áreas públicas e a retirada de materiais e objetos inservíveis, reforçando o compromisso com a organização urbana e a sustentabilidade ambiental.

5.3 Total de Ações Fiscais - Ano 2024:

Ações Fiscais	Quantidade
Vistoria para ação fiscal (REL)	34.445
Relatório Operacional - RO	224
Relatório Pré - Operacional	02
Auto de Notificação	6.781
Auto de Infração	616
Auto de Apreensão	61
Auto de Interdição	07
Termo de Retenção de Volume	170
TOTAL	42.306

5.4 Quantidade de Ações Fiscais por alguns temas de irregularidade - Ano 2024:

Principais Temas Resíduos	Quantidade
Ações Fiscais sobre Resíduos Volumosos e Inservíveis da Construção Civil - RCC	10.772
Ações Fiscais sobre Propaganda sem autorização em Área Pública	2.524
Ações Fiscais sobre Colagem de Cartazes e Pinturas em Bens Públicos	248
Ações Fiscais em Grandes Geradores de Resíduos:	1.317
Ações Fiscais para desobstrução de Áreas Públicas Ocupadas e retirada de Materiais e Objetos inservíveis em áreas públicas	1.853
Ações Fiscais em Imóveis Edificados ou não (Lotes Sujos)	2.578
Fiscalização de Resíduos Sólidos Domiciliares	5.488
Faixas apreendidas	48.010
Caçambas apreendidas	43
TOTAL	72.833

Observações: ¹ Informações retiradas do Painel de Resultados "Auditoria de Atividades Urbanas - Resíduos"/ UCR - Data da Consulta: 04/12/2024 (Quantidade parcial: janeiro a outubro/2024). ² Informações retiradas do Painel de Resultados "Meios de Propaganda Apreendidos - Controle DIBEA"/ UCR - Data da Consulta: 03/12/2024 (Quantidade parcial: 01 de janeiro 2024 a 28 de novembro de 2024).

6. BENS APREENDIDOS:

6.1 Quantidade de Itens Apreendidos e encaminhados ao Depósito da DF Legal - Ano 2024:

Mês	Quantidade
Janeiro	2007
Fevereiro	3191
Março	10908
Abril	4744
Maio	11536
Junho	4293
Julho	4087
Agosto	3819
Setembro	8180
Outubro	9785
Novembro	4553
Dezembro	315
TOTAL	67.418

6.2 Quantidade de Itens doados - Ano 2024:

Mês	Quantidade
Janeiro	1386
Fevereiro	971
Março	7702

Abril	2743
Maio	9584
Junho	2665
Julho	3391
Agosto	345
Setembro	524
Outubro	2719
Novembro	193
Dezembro	NIL
TOTAL	32.223

7. CONSELHOS COMUNITÁRIOS E CONTROLE DE DEMANDAS

7.1 Quantidade de demandas externas recebidas e triadas na Coordenação - Ano 2024:

Demandas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Demandas Conselhos Comunitários	10	7	17	11	9	15	8	10	12	10	8	4	121
Demandas Externas (Outras)	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	2	1	7
TOTAL DE DEMANDAS													128

7.2 Participação em Conselhos Comunitários: Quantidade de reuniões virtuais/ presenciais e demandas destinadas à Secretaria - Ano 2024:

Quantidade	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Reuniões Presenciais	17	23	22	18	19	21	20	23	17	17	23	6	226
Reuniões Virtuais	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		11
TOTAL													237

8.2 FORMAÇÃO, CURSOS E EVENTOS REALIZADOS:

Unidade Administrativa responsável pela modernização, formação e qualidade de vida, tem como competência planejar, elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar o Plano Anual de Capacitação do Servidor - PACS em consonância com o Planejamento Estratégico da DF Legal, propor convênios, acordos de cooperação técnica, portaria conjunta outros termos de parcerias com instituições públicas ou privadas de ensino e afins, na sua área de atuação é desenvolver ações pedagógicas em instituições de ensino público e privado, na área de atuação da DF Legal. Foi publicada a Portaria Conjunta nº 17/2022 que dispõe sobre a formalização de parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, com vistas a execução do Projeto DF Legal nas Escolas que compreende a realização de palestras para os estudantes do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que serão realizadas nas escolas públicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

8.3 Segue a planilha de dados quantitativos:

Evento	Quantidade de servidores participantes nos cursos e eventos
Evento de Qualidade de Vida	92
Campanha da Vacinação	295
Palestra em comemoração ao dia do servidor	140
Projeto DF Legal nas Escolas	1061
Reuniões técnicas do Comitê de Governança	5
Cursos Diversos realizados na Escola de Governo	204
Curso Direitos Humanos e a Política de Atendimento à População de Rua do DF	131
Formação Resíduos Sólidos	111
Evento GDF mais perto do cidadão em combate à dengue	8
Oficina espaço aberto - Lei de Acesso à Informação	44
Evento de Qualidade de Vida - Festa Junina	150
Total	2.241

9. FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS:

9.1 O desenvolvimento das ações de auditoria e fiscalização é dividida em programações fiscais específicas que possuem os seguintes objetivos:

- **FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO AMBULANTE** - Em atendimento à política estatal de desobstrução dos espaços públicos e a fim de coibir o comércio ambulante irregular nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal, esta especializada promoveu apreensões de mercadorias e equipamentos utilizados nas atividades ambulantes irregulares.
- **FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS EM PERÍODO NOTURNO (UFOPE) EM CONJUNTO COM OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA** - Com o objetivo de disciplinar o uso e o funcionamento de estabelecimentos que funcionam em período noturno (bares, restaurantes, casas de shows, boates, distribuidoras de bebidas etc), que de alguma forma impactam a ordem pública e social, com significativos reflexos nos índices de segurança pública, fez-se necessária a atuação desta fiscalização quanto ao exercício adequado e nos termos da lei dessas atividades econômicas, ante o incômodo que tais atividades apresentavam. A atuação integrada com as forças de segurança se desenvolveram mediante as Operações 5º Mandamento e

[Assinatura]

[Assinatura]

CAISP.

- **FISCALIZAÇÃO DE EVENTOS** – A fiscalização se desenvolveu nos ambientes externos e adjacentes (áreas públicas) aos diversos eventos ocorridos em todo o DF. Com o intuito de coibir a mercancia ambulante irregular, disciplinar o uso e a ocupação dos espaços públicos, consistente na comercialização de produtos proibidos ou nocivos aos frequentadores desses eventos, e fiscalizar o cumprimento dos termos consignados nas licenças em eventos diversos (esportivos, culturais, religiosos, sociais, recreativos e institucionais).
- **FISCALIZAÇÃO DE MEIOS DE PROPAGANDA** – Fiscalizar a instalação e veiculação de engenhos publicitários irregulares que causavam perigo ao tráfego de pessoas e veículos e que trouxeram de alguma forma a poluição visual ao meio ambiente urbano. As ações foram desenvolvidas em áreas públicas e ambientes privados que irradiavam para logradouro público, ambientes externos e adjacentes (áreas públicas), ressalvadas as áreas sob jurisdição do DER.
- **FISCALIZAÇÃO DE TRAILERS, QUIOSQUES E FOOD TRUCKS** – Fiscalizar o exercício de atividades econômicas em mobiliários urbanos tipo: trailers, quiosques e food trucks quanto às autorizações, licenças e permissões para a instalação e funcionamento desses equipamentos emitidas pelo Poder Público, em especial colbindo a FISCALIZAÇÃO DE MEIOS DE PROPAGANDA – Fiscalizar a instalação e veiculação de engenhos publicitários irregulares que causavam perigo ao tráfego de pessoas e veículos e que trouxeram de alguma forma a poluição visual ao meio ambiente urbano.

9.2 Durante o ano de 2024, a DF Legal realizou ações fiscais (lavratura de autos e realização de operações de grande porte) na Estação Rodoviária do Plano Piloto (ERB), objetivando combater o comércio irregular de ambulantes, em conjunto com a SEMOB, bem como a PMDF, em atendimento ao processo SEI Nº 00050-00012524/2024-42.

9.3 Foram realizados aprimoramentos das cobranças da taxa de funcionamento de estabelecimentos, para promover a eficiência das cobranças do tributo, bem como a análise adequada dos dados, além de possibilitar um sistema de consulta fidedigno através da manutenção das informações ora prestadas.

9.4 Em atendimento ao processo SEI nº 00020-00014502/2019-61 e em cumprimento à decisão judicial, foram realizadas ações fiscais nas pousadas da W3 Sul, objetivando coibir as atividades desenvolvidas no local de forma irregular, com base na Lei Complementar nº 1.041/2024 (PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília).

9.5 Foram realizadas ações fiscais conjuntas em feiras, terminais rodoviários, objetivando a desocupação de boxes nesses locais e levantamentos com elaboração de relatórios circunstanciados para fins de subsidiar futuras ações fiscais referentes a engenhos publicitários, quiosques, trailers, bancas de jornais e revistas, e ocupações de área pública por comércio estabelecido.

9.6 Cabe ressaltar que as ações desta especializada buscaram atender às demandas e denúncias apresentadas via canais oficiais (Ouvidoria, SEI, telefone e Participa DF) e também mediante provocação das instituições e órgãos públicos e oficiais.

9.7 Regionalização para atuação fiscal por 04 (quatro) Diretorias de Fiscalização – DIFIS:

REGIÕES DIFIS 1 CIDADES	REGIÕES DIFIS 2 CIDADES	REGIÕES DIFIS 3 CIDADES	REGIÕES DIFIS 4 CIDADES	EQUIPE NOTURNA/VOLANTE
BRASÍLIA	ÁGUAS CLARAS	ARAPOANGA	CEILÂNDIA	TODAS AS REGIÕES ADM. DO DF
CRUZEIRO	ARNIQUEIRA	FERCAL	SAMAMBAIA	
CANDANGOLÂNDIA	NÚCLEO BANDEIRANTE	ITAPOÃ	BRAZLÂNDIA	
ESTRUTURAL	PARK WAY	JARDIM BOTÂNICO	PÔR DO SOL	
GUARÁ	RIACHO FUNDO I E II	LAGO NORTE	SOL NASCENTE	
OCTOGONAL	SIA	LAGO SUL	GAMA	
SUDOESTE	TAGUATINGA	PARANOÁ	RECANTO DAS EMAS	
SCIA	VICENTE PIRES	PLANALTINA	SANTA MARIA	
		VARJÃO		
		SÃO SEBASTIÃO		
		SOBRADINHO I E II		

9.8 Total de Ações Fiscais – Comparativo Anual 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024:

Ações Fiscais	2020	2021	2022	2023	2024
Vistorias para ação fiscal (REL)	25.048	24.258	19.456	8.387	15.826
Autos de Notificação	2.779	1.807	2.582	1.077	2.203
Autos de Infração	862	1.647	468	215	383
Autos de Apreensão	329	227	132	80	212
Autos de Interdição	1.930	1.314	486	198	372
TOTAL	30.948	29.253	23.124	9.957	18.996
Variação anual	(+) 29%	(-) 6%			

Fonte: Banco de Dados/ UCR Observações: ¹ Informações retiradas do Painel de Resultados Ações Fiscais/ UCR – Data da Consulta: 03/12/2024 (Quantidade parcial: janeiro a novembro de 2024). ² O total inclui as ações desenvolvidas pela Unidade de Fiscalização e Operações Especiais – UFOPE, criada pelo Decreto nº 44.364 de 27 de março de 2023.

9.9 Quantidade de Ações Fiscais pelos principais Temas – Comparativo Anual 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023:

Temas Atividades Econômicas	Quantidade ¹					TOTAL
	2020	2021	2022 ¹	2023 ¹	2024	
Ações Fiscais em Estabelecimentos Comerciais (comércio estabelecido) no período Diurno	17.515	10.665	10.010	3.917	4.392	46.499

Ações Fiscais de Atividades Econômicas no período Noturno	1.500	2.643	3.059	1.852		9.054
Ações Fiscais do Uso e Ocupação de Área Pública por estabelecimento comercial		655	1.256	1.891	2.556	6.358
Ações Fiscais em Comércio Ambulante	4.089	2.863	2.264	1.888	1.506	12.610
Ações Fiscais em Feiras	1.459	126	423	59	22	2.089
Ações Fiscais em Eventos	100	125	139	244	127	735
Ações Fiscais de Meios de Propaganda (engenhos publicitários)	484	524	835	1.099	944	3.886
Ações Fiscais em Quiosques, Trailers e Lava Jatos	1.135	1.906	2.132	3.053	2.393	10.619
Ações Fiscais em Food Trucks	19	60	35	70	51	235
Ações Fiscais para verificar TFE – Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais	93	37	74	419	201	824

Fonte: Banco de Dados/ UCR

Observações: ¹ Informações retiradas do SISAF/DF Legal – Consulta efetuada em 02/12/2024 (Quantidade parcial: janeiro a novembro/2024).

* Englobam parcialmente as ações desenvolvidas pela Unidade de Fiscalização e Operações Especiais – UFOPE. As ações fiscais realizadas foram, até o início do mês de outubro/2024, lançadas pela UFOPE em Programação Fiscal Tática – Realização de Atividades Externas. Essas ações estão contabilizadas no item 1 (Ações da Especialidade Fiscal).

10. FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

10.1 A fiscalização de obras realizada pela Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística possui a competência estratégica de garantir a ordem urbanística, propor, supervisionar, acompanhar e orientar as atividades de auditoria e de fiscalização de obras em todo o Distrito Federal. Destacam-se as principais atribuições delimitadas pelo regimento interno:

- Supervisionar a execução das Programações Fiscais e das Ordens de Serviços;
- Planejar, supervisionar e orientar a Fiscalização de edificações, uso e ocupação do solo, bem como acompanhar o andamento de obras no Distrito Federal e verificar a adequação delas às normas estabelecidas no Código de Edificação do Distrito Federal – COE/DF e no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e legislação correlata;
- Coordenar a fiscalização de parcelamento do solo;
- Coordenar a realização de vistorias técnicas em obras, edificações e equipamentos;
- Coordenar a realização de vistoria para emissão de certificado de conclusão de obras;
- Coordenar a execução de vistoria para emissão de certificado de conclusão da implantação de projetos urbanísticos;
- Supervisionar o lançamento de ofício das taxas oriundas do poder de polícia administrativa, no âmbito de sua competência;
- Analisar e decidir sobre a revisão de ofício dos atos administrativos, no âmbito de sua competência;

10.2 Quantidade de ações fiscais - Ano 2024¹:

Ações Fiscais	Quantidade ¹
Auto de Notificação:	1.364
Auto de Infração:	707
Auto de Embargo:	220
Auto de Interdição:	22
Auto de Apreensão:	52
Intimação Demolitória:	1.188
Laudo de Descumprimento de Embargo:	29
o de Descumprimento de Embargo: 29	11.473
Relatório de Ação Fiscal:	
TOTAL²	15.055

Observações: ¹ Informações retiradas do Painel de Resultados "Ações Fiscais"/ UCR - Data da Consulta: 03/12/2024 (Quantidade parcial: janeiro a novembro/2024).

² O total inclui as ações desenvolvidas pela Unidade de Fiscalização e Operações Especiais – UFOPE.

10.3 Quantidade de ações fiscais por alguns Temas da Irregularidade - Ano 2024¹:

Principais Temas Fiscalização de Obras	Quantidade ¹
Fiscalização de Obras em área pública:	1.509
Fiscalização de Obras em áreas regulares:	3.324
Fiscalização de Obras em áreas de regularização:	1.778
Fiscalização de Obras em áreas não regularizadas:	646
Fiscalização de Obras em Parcelamento irregular do solo:	649
Fiscalização de Taxas de Fiscalização de Obras – TEO:	36

Observações: ¹ Fonte: Painel de Resultados "Subsecretaria de Fiscalização de Obras - SUOB - Data da Consulta: 03/12/2024.

Quantidade parcial: janeiro a novembro/2024.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Análise Quantitativas das Realizações:

11.1 Total de Chamados solucionados no Sistema Ti Atende da DF Legal:

Exercício -2024	
Janeiro	203
Fevereiro	161
Março	182
Abril	261
Maio	208
Junho	205
Julho	188
Agosto	219
Setembro	196
Outubro	214
Novembro	175
Dezembro	97*
TOTAL	2309*

Fonte: GLPI - TiAtende - <https://suporte.dflegal.df.gov.br/>

* Dados extraídos no período de 01/01/2024 a 13/12/2024.

12. RECURSOS FISCAIS

12.1 Quantidade de Processos Analisados e Julgados em Primeira Instância - Ano 2024:

Mês	Julgamento AEU	Julgamento OEU	Julgamento FAU	TOTAL
Janeiro	67	164	43	274
Fevereiro	100	189	90	379
Março	98	178	109	385
Abril	118	212	73	403
Maio	93	207	80	380
Junho	98	234	84	416
Julho	83	199	79	361
Agosto	101	250	54	405
Setembro	72	215	26	313
Outubro	76	231	49	356
Novembro	100	196	44	340
Dezembro ¹	54	153	31	238
TOTAL¹	1.060	2.428	762	4.250

12.2 Quantidade de Processos Analisados (Declaração de revelia) - Ano 2024:

Mês	Processos Analisados
Janeiro	31
Fevereiro	47
Março	101
Abril	117
Maio	99
Junho	108
Julho	107
Agosto	99
Setembro	103
Outubro	111
Novembro	87
Dezembro ¹	21
TOTAL¹	1.031

12.3 Quantidade de Processos Analisados e Julgados em 2ª Instância pela JAR - Ano 2024:

Mês	Quantidade
Janeiro	150
Fevereiro	173
Março	207
Abril	209
Maio	136
Junho	132
Julho	147
Agosto	144
Setembro	126
Outubro	155
Novembro	171
Dezembro	-
TOTAL¹	1.750

13. FISCALIZAÇÃO DE HABITE-SE E ACESSIBILIDADE

13.1 Quantidade de Vistorias para Habite-se - Ano 2024¹:

Ações¹	Quantidade²
Solicitação de vistorias para Habite-se:	3.783
Resultado das Ações Fiscais¹	

Área total de solicitações de Vistorias (m²):	3.358.805
Vistorias Deferidas e % sobre o total de solicitações:	1.465 (38,72%)
Área com Vistorias Deferidas (m²) e % sobre o total de solicitações:	1.912.341 (56,93%)

Observações: ¹ Informações retiradas do Painel de Resultados "Vistorias para Habite-se" / UCR – Consulta realizada em 03/12/2024.

² Total parcial: janeiro a novembro/2024.

13.2 Quantidade de Ações em Acessibilidade - Ano 2024¹:

Ações ¹	Quantidade ²
Vistorias para a Acessibilidade:	334

Observações: ¹ Informações retiradas do Painel de Resultados "Ações para Acessibilidade" / UCR – Consulta realizada em 03/12/2024. ² Total parcial: janeiro a novembro/2024.

14. GEOPROCESSAMENTO E MONITORAMENTO

O Monitoramento é realizado remotamente, utilizando-se de imagens de satélite e de software de geoprocessamento (atualmente o QGIS que é um aplicativo profissional GIS Livre e de Código Aberto).

14.1 Segue os dados quantitativos:

Ação	Quantidade
Relatório de Caracterização UGM	324
Área total abrangida pelos Relatórios de Caracterização (ha)	8.004,9 ha
Relatórios de Auditorias Urbanísticas	04
Área total abrangida pelos Relatórios de Auditorias Urbanísticas (ha)	223,3 ha
Fichas de Monitoramento de Áreas Prioritárias de Fiscalização	37
Área total abrangida pelas Fichas de Monitoramento de Áreas Prioritárias de Fiscalização (ha)	32.033 ha

15. CORREGEDORIA

15.1 informações gerais:

Atividade	Quantidade
Processos – PAD - concluídos	07
Processos – PAD - iniciados e em andamento	11
Processos – PAD - Revisão - concluídos	0
Processos – PAD - Revisão - iniciados e em andamento	0
Processos – Sindicância - concluídos	1
Processos – Sindicância - iniciados e em andamento	0
Processos – Investigação Preliminar - concluídos	4
Processos – Investigação Preliminar - iniciados e em andamento	4
Processos – Juízo de Admissibilidade - concluídos	23
Processos – Juízo de Admissibilidade - iniciados e em andamento	6
Processos – Comissão de Ética - concluídos	5
Processos – Comissão de Ética - iniciados e em andamento	1
Processos – TCE - concluídos	1
Processos – TCE - iniciados e em andamento	0
Processos – Medida Preliminar à TCE - concluídos	3
Processos – Medida Preliminar à TCE - iniciados e em andamento	0
Outros (especificar)	0
TOTAL	66

16. OPERAÇÕES FISCAIS

16.1 Um dos principais eixos de atuação da Unidade de Operações é o desenvolvimento do Programa de Pronto Emprego, que visa combater irregularidades ainda em seu nascedouro, obtendo, assim, resultados satisfatórios. No entanto, a atuação desta unidade operacional é limitada por fatores ligados à logística operacional de outras secretarias, órgãos, corporações e empresas públicas da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal.

16.2 Ressalte-se que a pandemia de COVID-19 impactou diretamente a atuação da Unidade de Operações, considerando que legislações e decisões judiciais impuseram restrições na execução de medidas administrativas de remoção e medidas judiciais de despejo. Esses normativos afetaram diretamente a execução de ações operacionais, principalmente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em sede da ADPF 828, estendeu a vigência da Lei Federal n.º 14.216/2021 até 31 de outubro de 2022 e criou medidas de transição que devem ser observadas.

16.3 Com foco na conformidade operacional, a Unidade de Operações, considerando os normativos e decisões judiciais, definiu novas diretrizes para a seleção e execução dos objetos operacionais, em consonância com as políticas governamentais e observando a legislação federal e distrital em vigor. Isso inclui a Recomendação Conjunta n.º 01/2020, da DPDF e DPU (Doc. SEI/GDF n.º 37700778), a decisão do STF no âmbito da ADPF 828, bem como da ADPF 976, que impactaram sensivelmente a atuação da

SUOP/DF Legal no que se refere à remoção involuntária. Ressalte-se que, em sede da ADPF 828, o STF instituiu medidas de transição que devem ser observadas e que ainda têm reflexos nas ações operacionais.

16.4 Distinguem-se, ainda, que em razão da implementação de Ações para Cumprimento da Política Distrital para a População em Situação de Rua, em consonância com o Plano de Ação e Monitoramento para a Efetivação da Política Distrital para a população em situação de rua, houve a retomada, considerando o sobrestamento provocado por decisão do STF em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 976 (146134559), e a intensificação das ações de rescaldo, acolhimento e atendimento à população em situação de rua.

16.5 Cabe explicitar que estas ações de acolhimento, atendimento e rescaldo, desenvolvidas com base no Protocolo de Ações Integradas - PAI nº 001/2024 (146134081) e seus adendos, são ações de grande porte, realizadas de segunda a segunda. Outrossim, é bom reforçar que estas ações, por força da Política Distrital para a população em situação de rua e da decisão do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 976 - ADPF 976/2023, têm um regime de planejamento e operacionalização diferenciados, uma vez que envolvem obrigatoriamente ações prévias visando identificar as pessoas destinatárias da ação estatal quanto e quando da realização das ações institucionais neste eixo de atuação. Exigem, ainda, um pós-operatório para constatar a necessidade ou não de ações de rescaldo.

16.6 Outro eixo de atuação que tem exigido atuação constante desta Unidade de Operações é prestar apoio logístico operacional à Secretaria Executiva de Inteligência e Compliance, impactando a logística desta Unidade, são as ações decorrentes em cumprir a sentença que guarda relação com o Processo nº 0706314-89.2023.8.07.0018, Ação Civil Pública, visando a paralisação de todas as construções irregulares, de edifícios em Vicente Pires, considerando a falta de autorização do Poder Público, e por estarem todos fora de todos os padrões legais e descumprimento a DIURPE 01/2013 e a DIUR 02/2015.

16.7 Destaca-se que todas as demandas são analisadas e passam pelas etapas de planejamento interno e externo. Essa fase envolve a promoção de consultas para a consolidação das informações que fundamentam a realização das ações operacionais. É importante destacar que, mesmo com a capacidade operacional reduzida frente à quantidade de demandas encaminhadas ao braço operacional da DF Legal, todas as demandas são processadas e respondidas, ainda que seja para informar a falta de capacidade técnica e operacional para a realização da ação requerida.

16.8 Atividades Desenvolvidas

- Realização de vistorias e diligências "in loco", com confecção de relatório técnico georreferenciado (Relatório de Vistoria Pré-Operacional e Relatório de Caracterização), que constitui documento primordial para o planejamento e tomada de decisão quanto à execução de operações;
- Promoção de diligências e formulação de consultas a outros órgãos e entidades visando à elaboração e definição do Cronograma de Operações e das Programações Fiscais Operacionais (PFO);
- Análise de imagens de satélite, processos e documentação para embasamento das ações operacionais e formulação de diligências e consultas;
- Planejamento e coordenação da execução das atividades e ações relativas a operações de erradicação, remoção e demolição de ocupações irregulares de pequeno, médio e grande porte;
- Planejamento e execução de apreensão e remoção de equipamentos, materiais, mercadorias e produtos irregularmente instalados, expostos ou comercializados em área pública ou privada;
- Participação em Protocolos de Ações Integradas (PAI), bem como em ações integradas de grande complexidade ou porte, de desobstrução das áreas destinadas a equipamentos públicos, programas habitacionais, infraestrutura e sistema viário, ocupadas indevidamente;
- Promoção do suporte às ações operacionais desenvolvidas pelas Subsecretarias de Fiscalização (SUFAE/DF Legal, SUOB/DF Legal e SUFIR/DF Legal);

16.9 Prestação de apoio logístico operacional e desenvolvimento das operações que se enquadram no Programa Pronto Emprego. Cabe salientar que estas ações operacionais têm o escopo de coibir as irregularidades ainda em sua fase inicial, concentrando esforços para minorar o tempo de resposta e erradicação de irregularidades, por meio da integração com as Administrações Regionais, órgãos de fiscalização e forças de segurança, e em conjunto com demais órgãos e empresas da estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal. O Programa é fundamentado sobre três pilares:

- menor impacto social;
- menor impacto logístico e financeiro, para o Poder Público e para o próprio infrator;
- menores impacto e desgaste político.

16.10 Adicionalmente, salienta-se que os instrumentos de auditoria e fiscalização utilizados para a atividade de planejamento operacional são os relatórios de vistoria pré-operacional, os relatórios de caracterização e autos de apreensão. Abaixo apresentamos o quadro demonstrativo dos instrumentos de auditoria utilizados pela SUOP/DF Legal nos anos de 2019 a 2024 (até novembro) :

Item	Tipos de Diligências	2019	2020	2021	2022	2023	2024 até novembro
1	Relatório Pré-Operacional	1.039	1.084	1.300	1.228	2.382	1.905
2	Relatório de Caracterização	280	530	32	74	160	152
Total de Diligências realizadas		1.319	1.614	1.332	1.302	2.542	2.057
Varição anual			22,37%	-17,47%	-2,25%	(+)95,24%	-19,08%

16.11 No ano em análise, foram instaurados 541 (quinhentos e quarenta e um) processos de Programações Fiscais Operacionais (PFO), que apontam a seguinte distribuição e resultado quanto a executabilidade:

Ações Operacionais	2021	2022	2023	2024 até novembro
- Operações previstas	687	852	963	897
- Operações sobrestadas	93	62	137	85
Total de Operações executadas	780	914	1.100	982
- Grande Operação	13	2	36	198
- Pronta Resposta	476	544	613	466
- Pronto Emprego	105	244	177	148

16.12 Tabela comparativa dos tipos operacionais executados nos anos de 2019 a 2024 (até novembro):

Item	Ações Operacionais	2019	2020	2021	2022	2023	2024 até novembro
1	Grande Operação - GO	11	10	13	2	36	198
2	Pronta Resposta - PR	345	543	476	544	613	466
3	Pronto Emprego - PE (iniciado em meados de 2020)	0	0	105	244	177	148
Total de Operações realizadas		356	553	594	790	826	812
Varição anual			55,34%	7,41%	33,00%	4,56%	-1,69%

16.13 Ações operacionais de acordo com mês de planejamento/execução:

QUANTIDADE MENSAL DE AÇÕES OPERACIONAIS EM 2024 (até novembro)				
Mês	Pronta Resposta	Grande Operação	Pronto Emprego	Total mês
Janeiro	38	0	11	49
Fevereiro	61	33	24	118
Março	65	2	16	83
Abril	47	2	14	63
Maio	39	4	13	56
Junho	37	15	10	62
Julho	30	34	9	73
Agosto	36	27	8	71
Setembro	37	23	15	75
Outubro	40	36	6	82
Novembro	36	22	22	80
Dezembro	0	0	0	0
TOTAL	466	198	148	
TOTAL GERAL				812

A respeito do exposto acima, no que tange a diferença entre a quantidade de processos autuados de PFO e o número de ações operacionais previstas decorre das ações operacionais de apreensão realizadas, principalmente, nas Regiões Administrativas de Vicente Pires, que, geralmente, são agendadas para o mês inteiro, bem como as PFO's de desenvolvimento do Programa Pronto Emprego, onde houve a instauração de processo de PFO para todo território do Distrito Federal ou para uma Região Administrativa, compreendendo um período de até um mês, buscando dar maior celeridade e autonomia as ações desta natureza.

16.14 Em termos de metragem de áreas públicas desobstruídas, tem-se o indicador da quantidade áreas desobstruídas no território - que objetiva a mensurar o desempenho na promoção do ordenamento territorial, por meio da desobstrução de áreas ocupadas ilegalmente, em área urbana ou rural. Temos para efeito de comparação os dados consolidados relativos ao ano de 2022 e do ano de 2024 (até novembro):

QUANTIDADE MENSAL DE ÁREAS DESOBSTRUÍDAS (m²) - COMPARATIVO ANUAL						
MÊS	2019	2020	2021	2022	2023	2024 até novembro
Janeiro	479.660,00	190.510,00	102.830,00	64.530,00	378.426,00	267.960,00
Fevereiro	453.340,00	220.110,00	24.400,00	162.780,00	699.170,00	2.407.150,00
Março	241.720,00	477.820,00	133.910,00	245.010,00	4.593.067,00	268.710,00
Abril	193.920,00	113.310,00	103.570,00	216.560,00	568.695,00	1.232.850,00
Maio	169.920,00	233.800,00	52.040,00	296.610,00	279.832,00	890.301,00
Junho	116.150,00	374.750,00	215.890,00	111.940,00	183.940,00	297.443,00
Julho	104.800,00	133.630,00	147.130,00	109.830,00	605.830,00	252.973,00
Agosto	160.600,00	344.860,00	800.340,00	70.650,00	995.440,00	428.368,00
Setembro	326.180,00	70.570,00	172.350,00	109.490,00	398.110,00	113.316,00
Outubro	170.500,00	84.160,00	39.110,00	602.135,00	243.150,00	46.810,00
Novembro	339.980,00	65.520,00	29.190,00	269.780,00	320.240,00	99.036,00
Dezembro	101.020,00	71.480,00	187.770,00	223.504,00	1.218.316,00	0,00
TOTAL	2.857.790,00	2.380.520,00	2.008.530,00	2.482.819,00	10.484.216,00	6.304.917,00
Varição Anual		- 16,7%	- 15,63%	23,61%	322,27%	- 39,86%

16.15 detalhamento de um dos componentes norteadores (áreas prioritárias) da ação desenvolvida por esta DF Legal apresentamos a tabela a seguir:

ÁREAS PRIORITÁRIAS	2022		2023		2024 até novembro		
	Número da Área Prioritária (AMP) - Localidade	Nº de operações	Área Desobstruída (m²)	Nº de operações	Área Desobstruída (m²)	Nº de operações	Área Desobstruída (m²)
04 COLÔNIA AGRÍCOLA KANEGAE	0	0	0,00	1	3.160,00	4	10020
06 BERNARDO SAYÃO E PARK WAY Q 3 E 4	0	0	0	0	0	3	6573
07 VICENTE PIRES EPC EPU APP ELUP	82	153.920,00	97	249.280,00	108	235090	

[Assinatura]

[Assinatura]

08 COLÔNIA AGRÍCOLA 26 DE SETEMBRO	9	22.550,00	5	59.970,00	15	273931
09 ROTA DO CAVALO - SOBRADINHO	0	0,00	3	34.300,00	1	8580
11 SOL NASCENTE ÁREA IMPACTADA	17	19.470,00	23	180.840,00	33	165764
12 SANTA LUZIA SCIA	0	0,00	0	0,00	1	20
13 PONTE DE TERRA	18	76.120,00	27	426.610,00	8	92330
14 VILA DO BÔA SÃO SEBASTIÃO	1	1.320,00	2	110,00	0	0
15 CAPÃO COMPRIDO SÃO SEBASTIÃO	13	370,00	2	42.900,00	10	257250
17 MORRO DA CRUZ - SÃO SEBASTIÃO	2	1.090,00	0	0,00	0	0
18 AGUILHADA - SÃO SEBASTIÃO	1	0,00	0	0,00	2	1130
19 BONSUCESSO SÃO SEBASTIÃO	0	0,00	0	0,00	0	0
26 APA DO DESCOBERTO - BRAZLÂNDIA	3	560	12	623.500,00	23	149990
28 PARQUE GATUME/MORRO DO SABÃO	0	0,00	0	0,00	0	0
29 ARIE JK QD 605 - SAMAMBAIA	1	0,00	0	0,00	0	0
31 ARIE JK CH 27 E 28 - TAGUATINGA	0	0,00	4	20.770,00	5	6620
32 ARIE JK QD 617 SAMAMBAIA	0	0,00	0	0,00	2	2350
34 GRANJA MODELO - RIACHO FUNDO	0	0,00	0	0,00	0	0
36 COLÔNIA AGRÍCOLA SUCUPIRA RIACHO FUNDO 2	0	0,00	0	0,00	0	0
37 CAFÉ SEM TROCO PARANOÁ	0	0,00	1	9.830,00	0	0
38 SH ÁGUA QUENTE	0	0,00	0	0,00	1	0
39 REGIAO DOS LAGOS SOBRADINHO	5	411.500,00	2	15.180,00	0	0
40 PONTE ALTA NORTE GAMA	15	98.150,00	11	71.730,00	5	6860
41 TAQUARI ETAPA II/SERRINHA	4	2.850,00	6	6.850,00	4	2710
42 BURITI TIÇÃO BR 060	0	0,00	0	0,00	0	0
43 CAPOEIRA DO BÁLSAMO	3	150,00	5	203.700,00	4	1710
44 DF 250/RAJADINHA	0	0,00	1	42.200,00	0	0
45 PICAG/DF 180	0	0,00	0	0,00	0	0
46 FERCAL SETOR BANANAL	0	0,00	0	0,00	0	0
47 SOBRADINHO DOS MELOS	0	0,00	0	0,00	0	0
48 ENTORNO DE PLANALTINA	0	0,00	0	0,00	0	0
49 COLÔNIA AGRÍCOLA RIACHO FUNDO	0	0,00	0	0,00	2	1480
50 CANA DO REINO/COOPERVILLE	0	0,00	0	0,00	2	166000
51 NR CASAGRANDE	0	0,00	0	0,00	0	0
52 MONJOLO	0	0,00	0	0,00	1	66900
53 PONTE ALTA	0	0,00	0	0,00	0	0
TOTAL	174	788.050,00	202	1.990.930,00	234	1.455.308,00
Varição Anual			(+) 16,09%	(+) 152,64%	(+) 15,84%	(-) 26,90%

QUANTIDADE DE ÁREAS DESOBSTRUÍDAS EM M² NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE FISCALIZAÇÃO - COMPARATIVO ANUAL				
MÊS	2021	2022	2023	2024 até novembro
Janeiro	58.880,00	5.620,00	122.120,00	154.070,00
Fevereiro	2.820,00	107.330,00	155.070,00	457.240,00
Março	590	12.560,00	694.970,00	129.900,00
Abril	1.130,00	137.090,00	106.440,00	53.570,00
Mai	1.610,00	232.240,00	195.340,00	112.070,00

AV

SP

Junho	1.870,00	32.580,00	47.590,00	259.590,00
Julho	60.300,00	2.310,00	228.610,00	70.650,00
Agosto	149.630,00	28.860,00	193.820,00	88.820,00
Setembro	58.160,00	13.990,00	92.130,00	50.354,00
Outubro	15.030,00	23.760,00	27.090,00	3.990,00
Novembro	17.890,00	141.860,00	76.280,00	75.054,00
Dezembro	14.570,00	49.850,00	62.770,00	0,00
TOTAL	382.480,00	788.050,00	2.002.230,00	1.455.308,00
Varição Anual		(+) 106%	154,07%	-27,32%

16.16 Maquinários disponíveis:

MEIOS OPERACIONAIS	QUANTIDADE
- Caminhão Prancha	01
- Pá Mecânica	01
- Retroescavadeira	01
- Caminhão munck	01
- Caminhão caçamba	01*

*Equipamento da NOVACAP cedido à SUOP/DF Legal.

17. INTELIGÊNCIA E COMPLIANCE

17.1 Eixo do compliance público:

17.2 Todos os processos judiciais ou administrativos da DF LEGAL que digam respeito à integridade pública, sobretudo processos de licitações e de execuções de contratos, são acompanhados pela Inteligência e Compliance com atenção integral, zelo este que se revela imprescindível ao interesse público e à missão institucional desta Secretaria, fundada, entre outros pilares, na transparência e prestação de contas ao cidadão, destinatário final das ações do Estado.

17.2 Além disso, processos relacionados a condutas de servidores e de colaboradores da Secretaria também são analisados pela Inteligência e Compliance, quando necessária sua participação.

17.3 QUADRO 1: PRINCIPAIS PROCESSOS ANALISADOS PELA SEINT PELA ÓTICA DO COMPLIANCE PÚBLICO NO ANO DE 2024:

Nº	PROCESSO	OBJETO
1	00600-00012443/2023-70	Processo relacionado a decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
2	04017-00005554/2024-32	Processo de regulamentação acerca de assédio.
3	04017-00010022/2024-17	Comunicado aos Colaboradores do atraso no pagamento do salário e benefícios.
4	00480-00002381/2020-40	Orientações da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF.
5	04017-00027205/2023-91	Processo do Grupo de Trabalho sobre Integridade.
6	04017-00010389/2024-31	Processo de mediação junto ao Ministério Público do Trabalho relacionado ao pagamento de terceirizados.
7	00020-00018685/2024-51	Processo sobre o pagamento direto a funcionários terceirizados.
8	04017-00031819/2023-77	Contrato nº 6/2023, firmado com a POLIGRAPH SISTEMAS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
9	04017-00010579/2024-58	Contrato nº 4/2020, firmado com a LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.
10	04017-00009568/2024-25	Contrato nº 3/2023, firmado com a empresa DEFENDER.
11	04017-00030314/2022-12	Processo sobre Locação de Imóvel para a sede da DF LEGAL.
12	04017-00002213/2022-43	Processo sobre contratação emergencial de empresa para a prestação de serviços de outsourcing de impressão na modalidade franquia de página excedentes.
13	04017-00018432/2024-14	Processo sobre aquisição de combustíveis.
14	04017-00021341/2024-58	Requisição de Informações - e. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT.
15	00001-00021816/2024-24	Requisição de Informações - Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF.
16	04017-00006723/2024-51	Processo sobre apuração de condutas da empresa Defender.

Adel

CP

17	04017-00013161/2024-01	Processo sobre avaliação de integridade de fornecedores.
18	04017-00024598/2024-61	Processo para liberação dos Saldos Remanescentes das Contas Vinculadas.
19	04017-00023941/2024-51	Processo sobre Contratação Emergencial de empresa fornecedora de refeições.
20	04017-00032950/2024-32	Procedimento licitatório para prestação de serviços de Supervisores de Transporte, de Encarregados de Transporte e Motoristas 44hs, 12x36 diurno e noturno e de Operadores de Trator de Esteira.
21	04017-00012458/2024-41	Contratação de serviço de mão-de-obra.
22	04017-00005871/2024-59	Processo sobre liberação do saldo remanescente das Contas-Depósitos Vinculadas.
23	00600-00007195/2024-26	Processo sobre desconto em Folha de Pagamento pela Administração Pública.
24	04017-00010946/2023-32	Processo sobre Aditivo Contratual.
25	04017-00037979/2024-19	Processo sobre contratação direta de sacos de ráfia.
26	04017-00022507/2022-91	Processo sobre contratação com a empresa Brasfort.
27	04017-00003415/2023-93	Processo sobre contratação com a empresa Brasfort.
28	04017-00014776/2020-12	Processo sobre contratação com a empresa Liderança.
29	04017-00012798/2024-71	Processo sobre pagamento à empresa Defender.
30	04017-00009283/2024-94	Processo sobre pagamento à empresa Defender.
31	04017-00018277/2024-28	Processo sobre pagamento à empresa Defender.
32	04017-00022988/2024-05	Processo sobre a implementação de Programa de Integridade em pessoas jurídicas que firmem relação contratual de qualquer natureza com a administração pública do Distrito Federal.
33	04017-00013151/2024-67	Processo para análise de Conta Vinculada para pagamento de funcionários.
34	04017-00012458/2024-41	Processo para contratação de mão-de-obra.
35	00480-00003098/2024-69	Processo judicial.
36	04017-00034930/2024-04	Processo para Locação de Imóvel.
37	04017-00024429/2024-21	Processo para aquisição de drones.
38	00480-00003650/2024-19	Processo sobre análises dos Programas de Integridade Privada.
39	04017-00015882/2024-47	Processo sobre Locação de Imóvel.
40	04017-00034504/2024-62	Processo para contratação de mão-de-obra.
41	04017-00021519/2024-61	Processo para rescisão amigável de contrato.
42	04017-00044522/2024-52	Processo para Locação de Imóvel.
43	04017-00037196/2024-27	Processo para Contratação de empresa especializada para a aquisição de Desktops Completos.

44	04017-00011162/2023-21	Processo para aquisição e/ou locação de maquinário.
45	04017-00018070/2023-72	Processo sobre cadastramento de condutores de veículos oficiais.
46	04017-00032764/2023-12	Processo sobre contratação com a empresa Defender.
47	04017-00022124/2024-85	Processo sobre a aplicação de penalidade à empresa Defender.
48	04017-00012955/2024-49	Processo relacionado a E-Sic LAI.
49	04017-00022627/2024-51	Processo sobre homologação de atestado médico, odontológico, e acompanhamento de familiar enfermo.
50	04017-00004371/2024-08	Processo para instalação de câmeras de monitoramento em áreas de transbordo.
51	04017-00024009/2024-45	Processo sobre aquisição de serviços postais e temáticos convencionais - ECT.
52	04017-00019661/2024-48	Processo sobre análise das demandas enviadas para elaboração da PLOA 2025.
53	04017-00021291/2023-28	Processo sobre aquisição de lacres adesivos.
54	04017-00032024/2024-67	Processo sobre Contrato n.º 003/2023. Empresa Defender.
55	04026-00023587/2024-55	Processo sobre tema afeto à relação com o Centro de Progressão Penitenciária - CPP.
56	04017-00000248/2024-18	Relatório Circunstanciado mensal. Contrato n.º 003/2023. Empresa Defender. Assistentes Operacionais.
57	04017-00036500/2024-19	Resposta ao Ofício nº 7832/2024-GP, do e. Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.
58	04017-00039013/2024-16	Processo sobre o Regime Jurídico da greve de servidores públicos.
59	04017-00026568/2024-90	Processo para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025 - FUNDAFAU.
60	00020-00059522/2024-29	Processo sobre Parecer Referencial n.º 68/2024 - PGDF/PGCONS.
61	04017-00004951/2024-97	Procedimento de Resposta das Manifestações de Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação.
62	04017-00014310/2024-41	Processo sobre Emendas Distritais referente ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025.
63	04018-00000379/2024-69	Processo sobre execução das metas estabelecidas no Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Distrital para População em Situação de Rua.
64	00050-00001400/2024-31	Processo sobre aplicação de medidas administrativas para os estabelecimentos denominados fundições, sucateiros e similares, responsáveis pela aquisição, armazenamento e venda de bens oriundos de empresas públicas, concessionárias e empresas privadas prestadoras de serviço de interesse público no Distrito Federal.
65	04017-00010234/2024-02	Processo para o Pagamento de Salários e Benefícios Diretamente pela DF Legal aos Colaboradores da Empresa Defender Conservação e Limpeza Ltda.

17.4 QUADRO 2: PROCESSOS LICITATÓRIOS CONDUZIDOS DIRETAMENTE PELA SEINT NO ANO DE 2024.:

Nº	PROCESSO	OBJETO
1	04017-00007736/2024-48	Contratação de empresa especializada em demolição de edifícios.
2	04017-00007369/2024-82	Aquisição de veículos aéreos não tripulados (Drones).

Handwritten signature

Handwritten signature

3	04017-00008495/2024-54	Contratação de câmeras de vigilância para fiscalização de áreas de transbordo.
4	04017-00026844/2024-10	Aquisição de lacres adesivos.
5	04017-00008534/2024-13	Processo para instalação de câmeras de monitoramento em áreas de transbordo.

No que se refere à sua função de acompanhamento dos processos da DF LEGAL, vale lembrar que ao longo de 2024 a Inteligência compliance tramitou um total de 1.358 processos, nos quais produziu 1.406 documentos e inseriu 3.019 documentos externos, grande parte deles (a) relatórios e imagens para auxiliar a atuação das subsecretarias e demais unidades e (b) autos fiscais produzidos por suas Forças-tarefas.

17.5 QUADRO 3: PROCESSOS TRAMITADOS PELA SEINT EM 2024.

SEÇÃO DA SEINT	QUANTIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS PRODUZIDOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS EXTERNOS INSERIDOS
GABINETE	759	1157	2787
FORÇA-TAREFA DE VICENTE PIRES	424	152	231
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA	112	84	0
NÚCLEO DE OPERAÇÕES	17	7	0
NÚCLEO DE CONTRAINTELIGÊNCIA	46	6	0

17.6 Eixo da Inteligência:

17.7 As subsecretarias e demais unidades da DF LEGAL rotineiramente demandam a Inteligência e compliance para levantamento de informações sobre infratores e devedores e sobre endereços na execução de suas atividades precípuas de fiscalizações e de desconstituições de ocupações de áreas públicas, em especial a Subsecretaria de Operações - SUOP, a Subsecretaria de Fiscalização de Obras - SUOB e a Subsecretaria de Fiscalização de Resíduos - SUFIR, além de ser a SEINT demandada diretamente pelo Secretário de Estado para levantamento de informações necessárias à sua tomada de decisão.

17.8 Em 2024, a Inteligência e compliance fez cerca de 6.000 consultas às bases de dados restritas a que tem acesso, sobretudo a sistemas da Polícia Civil do Distrito Federal, disponibilizados à SEINT por meio de Acordo de Cooperação Técnica, a fim de auxiliar a identificação de infratores e de endereços para que as demais subsecretarias e unidades possam exercer suas atividades fiscalizatórias de forma efetiva.

17.9 QUADRO 4: CONSULTAS A BASE DE DADOS FEITAS PELA SEINT PARA AUXILIAR A ATIVIDADE:

SEÇÃO	QUANTIDADE DE CONSULTAS REALIZADAS
GABINETE	1729
NUINT	3354
NUOP	871
NUCOINT	46

17.10 Além de tais consultas diretas, foram atendidos pela Inteligência e compliance 166 processos para identificação de infratores, conforme quadro abaixo.

17.11 Além das ações indicadas acima, em que o dado buscado é entregue diretamente ao Auditor ou Auditor Fiscal ou passada via sistema SEI, a Inteligência e compliance também produz relatórios para subsidiar suas ações. Ao todo, foram confeccionados 1520 relatórios ao longo de 2024, trazendo informações voltadas sobretudo ao trabalho dos Auditores e Auditores Fiscais lotados na SUOP (operações), SUOB (fiscalização de obras) e SUFIR (fiscalização de resíduos), as quais vão desde a identificação de obras irregulares até a de locais de descarte irregular de resíduos e veículos reponsáveis por tais descartes, conforme gráfico abaixo:

AÇÃO REALIZADA	QUANTIDADE
Fiscalização do Carnaval.	58
Fiscalização de áreas propícias à reprodução do mosquito da dengue.	147
Fiscalização de edificações no Setor Habitacional Vicente Pires.	277
Fiscalização de edificações em Arniqueira.	502
Fiscalização de áreas de risco no Distrito Federal.	30
Fiscalização de engenhos publicitários.	73
Fiscalização da Estação Rodoviária de Brasília - ERB.	433
Relatórios Técnicos.	09
Relatórios de Inteligência.	3

17.12 RESUMO DE PRODUTIVIDADE DA INTELIGÊNCIA E COMPLIANCE EM 2024:

EIXO	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
COMPLIANCE PÚBLICO	Acompanhamento de pelo menos 80 processos da DF LEGAL pela ótica da integridade pública.
INTELIGÊNCIA	Realização de cerca de 6000 consultas em bases de dados restritas para subsidiar a atuação finalística das Subsecretarias e unidades da DF LEGAL e assessorar o Secretário de Estado.

AM

AM

INTELIGÊNCIA	Produção de 1532 Relatórios para subsidiar a atuação finalística das Subsecretarias e unidades da DF LEGAL e assessorar o Secretário de Estado.
OPERACIONAL	Realização de 1163 ações fiscais no âmbito da Força-tarefa para monitoramento, geoprocessamento e fiscalização de edificações sem licenciamento no Setor Habitacional Vicente Pires-DF.
OPERACIONAL	Realização de 949 ações fiscais no âmbito da Força-tarefa para monitoramento, geoprocessamento e fiscalização de obras e edificações sem o devido licenciamento, parcelamento do solo e ocupações irregulares no Setor Habitacional Amiqueira - DF.
OPERACIONAL	Realização de 140 sobrevoos de drones para atender demandas Pronto Emprego, Pronta Resposta e operações de grande porte.
SEGURANÇA PÚBLICA	Participação em dezenas de reuniões e ações voltadas à Segurança Pública no Distrito Federal em conjunto com os demais órgãos que integram o SISP-DF, entre as quais as destinadas à manutenção da ordem durante as comemorações de rua do Carnaval 2024, do Aniversário de Brasília e da Independência do Brasil.
SISTEMA SEI	Tramitação de 1.358 processos, nos quais produziu 1.406 documentos e inseriu 3.019 documentos externos, grande parte deles (a) relatórios e imagens para auxiliar a atuação das Subsecretarias e demais unidades e (b) autos fiscais produzidos pelas Forças-tarefas.

18. CONTROLE INTERNO

18.1 É relevante mencionar que a DF Legal foi agraciada com o prêmio da Controladoria Geral do Distrito Federal na Senamama do Combate à Corrupção. No prêmio "Alto Nível", a DF Legal conquistou o primeiro lugar no quesito Atendimento e Recomendações. Isso significa que ela seguiu as orientações e sugestões da CGDF em relação à transparência e agilidade no andamento de processos, de modo a evitar erros e desvio de recursos públicos.

18.2 Outra iniciativa relevante, diz respeito ao Comitê Interno de Governança Pública e Compliance - CIGC da DF-LEGAL, em especial quanto à implantação do Modelo de Governança Pública do Distrito Federal - DF, iniciada em outubro de 2024, com o apoio consultivo da CGDF (Processo nº 04017- 00033299/2024-18), o que contribuirá para a o fortalecimento das boas práticas de gestão, em especial a Gestão de Riscos e a Integridade.

18.3 Com relação ao desempenho da DF-LEGAL/UCI, o Relatório de Estatísticas, apresenta os seguintes indicadores:

Ações desenvolvidas	Quantitativo/2023	Quantitativo;2024
Processos Tramitados à Unidade	227	273
Processos Analisados	179	267
Processos Gerados	72	502
Tempo Médio de Análise de Cada Processo	80d 17h 39m 43s	20 d 2h 31m 21s

18.4 Houve, entre 2024 e 2023, significativo incremento de atividades, em razão dos desafios impostos à DF Legal, bem como o pleno vigor da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que traz novas disposições/atividades específicas para o Controle Interno.

19 RECEITA FISCAL

19.1 Em relação à análise qualitativa das realizações, podemos observar, após verificação dos dados quantitativos, que houve uma evolução quanto ao valor arrecadado da Taxa de Funcionamento de Estabelecimento - TFE, sendo maior de toda série histórica da DF Legal, sendo acrescido, comparativamente com o exercício anterior, mais de 15% de aumento.

19.2 Outro ponto de destaque é o aumento do valor arrecadado em débitos lançados em Dívida Ativa, o que demonstra uma maior tentativa dos contribuintes devedores em efetuar a quitação de seus débitos perante a DF-Legal.

19.3 Por outro lado, a arrecadação de Preços Públicos teve aumento significativo após a publicação do DECRETO Nº 46.003, DE 11 DE JULHO DE 2024.

19.4 Cabe destaque também a implantação dos mobiliários urbanos no novo Sistema Integrado de Demandas, Controle e Arrecadação Fiscal (Sidaf).

19.5 Quadro Demonstrativo do Exercício de 2024:

TIPO DE ARRECADAÇÃO - 2024	TOTAL
6178 -TEO	7.782.310,27
6179 - TEO - Parcelamento	415.878,23
6194 - Auto TEO	20.300,30
6176 - TFE	25.266.556,82
6177 - TFE Parcelamento	453.474,95
6193 - Auto TFE	22.210,53

[Handwritten signatures]

6170 - Multas AEU	183.770,11
6171 - Multas FLP	825.107,35
6186 - Multas OEU	898.623,42
6196 -Parcelamento multas	1.995.946,57
6184 - Preço Público - Feiras	5.239.215,67
6172 - Áreas lindeiras comerciais	2.083.093,45
6185 - Preço Público - Quiosques	5.241.569,80
6167 - PP- Interf. Visual / prop.	1.177.640,81
6168 - PP - Ocup. de AP / prop.	5.827.338,69
6187 - Custos Operacionais	433.849,91
5721 - Juros Moratórios não Tributários	425.929,10
5720 - Multa Moratória não Tributária	443.280,77
5887 - TFE Dívida Ativa	3.648.132,21
5888 - TEO Dívida Ativa	985.551,83
6188 - Receita Div Ativa Ajuizada	399.555,32
6189 - Dívida Ativa	418.916,72
Valores mensais apurados 10/12/2024	64.188.252,83

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Análise das realizações, dificuldades encontradas e perspectivas para o próximo exercício.

A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal priorizou algumas ações relevantes no ano de 2024. Pode-se mencionar como ações inovadoras a reestruturação da Secretaria, criando uma nova Secretaria Executiva, a Secretaria Executiva de Relações Institucionais, Atendimento ao Cidadão, Conselhos de Segurança e de Contrainformação e Inteligência Estratégica, que visa "coordenar e controlar as atividades desenvolvidas nos Núcleos de Atendimento ao Cidadão; quanto a prestação de informações relativas às normas de fiscalização, prazos e locais para apresentação de defesas; proceder às gestões necessárias para a promoção de capacitação dos servidores da DF LEGAL".

O Projeto DF Legal nas Escolas foi formalizado conforme a Portaria nº 17, de 25 de novembro de 2022, e dispõe sobre a formalização de parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal, com vistas à execução do Projeto DF Legal nas Escolas. No exercício de 2024 foram formados 1061(mil e sessenta e um) alunos da rede pública com a palestra DF Legal nas Escolas, sobre Educação Fiscal. Importante ressaltar que a meta estabelecida pela Portaria é de 1000 (mil) alunos ao ano.

Em análise do desempenho da Assessoria Jurídico-Legislativa ao longo do ano de 2024, destaca-se um progresso notável, evidenciando a eficiência operacional e compromisso com a excelência jurídica. Embora o número de processos recebidos neste ano seja inferior ao registrado em 2023, a qualidade dos resultados apresentou uma significativa melhora. Essa evolução é particularmente notável considerando o ambiente desafiador caracterizado por análises jurídicas mais complexas, dependência de respostas de outros setores ou do Gabinete da Secretaria, além do significativo volume de processos recebidos em relação ao número de servidores disponíveis.

Neste ano, a DF Legal teve enorme importância nos assuntos que mais preocuparam o Distrito Federal ao longo do ano: a dengue e as queimadas. A secretaria realizou milhares de fiscalizações em lotes sujos e flagrou centenas de descartes irregulares de lixo durante o pico da doença no DF. Tudo isso foi amplamente divulgado entre os veículos de comunicação, mostrando as ações fiscais, com explicações por meio de entrevistas, acompanhamento das equipes de reportagem in loco e notas complementadas com dados.

A DF Legal possui 18 (dezoito) Núcleos de Atendimento ao Cidadão, e uma (01) unidade de Peticionamento Eletrônico, unidades orgânicas de execução, responsável pela protocolização de diversos documentos. Os Núcleos estão em diversas regiões administrativas do Distrito Federal e visa facilitar o acesso da população aos serviços realizados pela DF Legal.

O Controle Interno teve plena harmonia com as unidades administrativas da DF Legal tem contribuído para o bom andamento dos trabalhos, bem como para o equacionamento de situações de alta complexidade, o que é potencializado pela atuação alinhada com a Assessoria Jurídico-Legislativa, Controladoria-Geral do Distrito Federal, Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A DF Legal tem como premissa institucional prestar apoio logístico e operacional para a execução de penalidades que envolvem a apreensão e remoção de equipamentos, materiais, mercadorias e produtos irregularmente instalados, expostos ou comercializados em áreas públicas, ou privados, conforme a legislação vigente. Além disso, atua nas atividades e ações relativas à erradicação, desobstrução, remoção e demolição de obras, edificações e ocupações irregulares do solo.

A Secretaria criou mecanismos de interface com os demais órgãos do Governo do Distrito Federal, que contribuiu para que houvesse permeabilidade da Secretaria e os órgãos afins visando o estabelecimento de um diálogo que houvesse maior efetividade as ações

relativas ao manejo de resíduos no âmbito do Distrito Federal. Nessa perspectiva, considerando as interações das relações de trabalho entre os Auditores Fiscais, a DF Legal desenvolveu ações que culminaram em resultados positivos para a DF LEGAL, principalmente, quando da adoção de ações conjuntas e sistemáticas no âmbito das áreas, cujos trabalhos foram realizados de maneira integrada com as Unidades que compõem esta Secretaria, baseando-se na Legislação no DF, atendendo aos anseios da sociedade local, a fim de contribuir com a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da população local.

Dessa forma, foi possível a realização do diagnóstico de acordo com a situação atual, a fim de apresentar as deficiências encontradas e com isso buscar mecanismos que deem maior efetividade as ações fiscais, e traga maior aperfeiçoamento aos procedimentos internos. Vale ressaltar, que é de suma importância os pontos destacados, uma vez que requisitamos esforços para trazer respostas efetivas às solicitações da população local.

A Df Legal realiza Monitoramento Remoto do Território do Distrito Federal, que consiste na obtenção, análise, validação e conservação do acervo de dados geoespaciais, utilizando-se de imagens de satélite e de software de geoprocessamento (atualmente o QGIS que é um aplicativo profissional GIS Livre e de Código Aberto), a UGMON realiza o monitoramento remoto do território do DF, que foi adotado como uma ferramenta de gestão governamental visando à promoção de esforços concentrados para o conhecimento da conjuntura fundiária local e também para dar efetividade às ações fiscais direcionadas à prevenção e a mitigação de diversas irregularidades ligadas à ocupação de terras no Distrito Federal..

Em relação às dificuldades encontradas no exercício de 2024, podemos relacionar o baixo efetivo de servidores das áreas meio e fim, área administrativa e área de auditoria, assim como o reduzido número de veículos, de caminhões e tratores para o desenvolvimento das operações. Considerando a estrutura atual, é notório que existe a necessidade de uma nova reestruturação organizacional em algumas unidades.

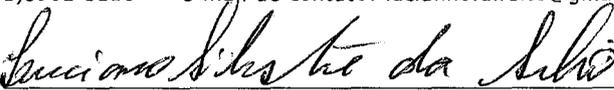
Para perspectiva no exercício de 2025, a necessidade de um espaço para a nova Sede da DF Legal para melhorar a distribuição das Secretarias Executivas, Subsecretarias, Diretorias e Gerências, assim como uma melhor localização para acesso dos usuários dos serviços prestados. Ainda como perspectivas, modernização tecnológica, avanço das ações do Comitê de Governança, treinamento continuado dos servidores. Sobretudo, aumentar efetivamente o número de ações fiscais no Distrito Federal e reestruturação organizacional.

Identificação dos Responsáveis

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Agente de Planejamento: LUCIANO SILVESTRE DA SILVA

Telefone: (61)3961-5118 e-mail de contato: luciano.direito@gmail.com;luciano.silva@dflegal.df.gov.br

Assinatura: 
Luciano Silvestre da Silva
Diretor DIMOV/DF Legal
Mat.. 276.206-4

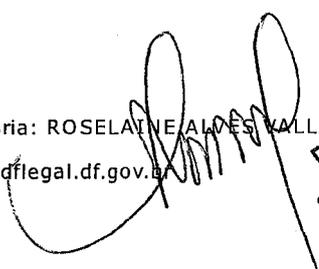
Nome do Titular da Unidade Orçamentária: CRISTIANO MANGUEIRA DE SOUSA

Telefone: (00)33933-3196 e-mail de contato: dr.mangueira@gmail.com

Assinatura: 
CRISTIANO MANGUEIRA DE SOUSA
Mat.: 43.784-0
Secretário de Estado/DFLegal

Nome do Ordenador de Despesas da Unidade Orçamentária: ROSELATNE ALVES KALLAD

Telefone: (61) 3961-5103 e-mail de contato: suag@dflegal.df.gov.br



Roselaine Alves Valladão
Subsecretária de Administração Geral
SUAG/DF Legal - Mat.: 262.500-8

Assinatura: _____